



**Plano de ação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica - EJA/ EPT e para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja (2018-2019)**

## **1. Apresentação**

O presente Plano de Ação para a EJA/EPT (Proeja) da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para o período de 2018 a 2019, é resultado das reflexões, discussões e proposições realizadas no I Encontro Nacional da EJA/EPT (Proeja) da Rede Federal, que ocorreu nos dias 21, 22 e 23 de maio de 2018, em Goiânia, no Instituto Federal de Goiás (IFG).

O encontro procurou evidenciar a importância da retomada da implantação e consolidação da EJA/EPT (Proeja) nas instituições da Rede Federal, por meio dos relatos de experiências os quais trouxeram ações que contribuiriam para a superação de muitos problemas enfrentados por essa modalidade educativa nestes onze anos de existência. Afinal, essa modalidade e esse programa dizem respeito à busca de efetivação do direito à educação de mais de 80 milhões de brasileiros que não concluíram a Educação Básica.

Para contribuir com o fim do processo de exclusão desses sujeitos da Educação Básica, a Rede Federal ainda precisa cumprir a meta de 10% de matrículas na EJA estabelecidas pelo Decreto nº 5.840/2006, em suas instituições. O que se tem hoje, segundo a Plataforma Nilo Peçanha<sup>1</sup> é a oferta de apenas 2,4% das vagas da Rede Federal para essa modalidade. Assim, este Plano de Ação visa fundamentalmente recolocar a EJA/EPT (Proeja) como ação prioritária, considerando a pífia oferta desses cursos.

O Plano de Ação - 2018/2019 - tem como concepção e princípios aqueles estabelecidos no Documento Base do Proeja<sup>2</sup>.

Em relação à concepção, compreende-se, portanto, que a educação de jovens e adultos

---

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://www.plataformanilopecanha.org/>>. Acesso em 01 de jun. de 2018.

<sup>2</sup> Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf)>. Acesso em 01 de jun. de 2018.

precisa romper a dualidade estrutural fortemente presente na educação brasileira a qual organiza uma escola elitista, pautada no conhecimento geral/acadêmico e de maior duração e, uma escola para os trabalhadores e seus filhos, cujos itinerários formativos são desenvolvidos de maneira aligeirada, generalista e focalizada, negando a esses a apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade. Para a superação dessa lógica, os cursos da EJA/EPT (Proeja) devem se fundamentar nos princípios da formação integrada omnilateral, na qual trabalho, ciência, técnica, tecnologia e cultura contribuam para a educação “por inteiro” dos sujeitos da EJA, considerando-os em todas as dimensões de realização da vida. Nessa perspectiva, abrem-se possibilidades para a efetivação de uma formação de qualidade, pautada na autonomia e na emancipação para o exercício da profissão e da atuação sociopolítica na sociedade enquanto sujeitos de direito.

Outra indicação do Documento Base é a necessidade de que os processos formativos estabelecidos para essa modalidade educativa devem considerar as especificidades econômicas, sociais e culturais dos seus estudantes. Diante disso, os saberes produzidos, as estratégias de organização e a cultura por eles desenvolvida na produção da vida fora da escola devem ser assumidas como fundamento do diálogo entre os saberes dos sujeitos e os conhecimentos escolares, mediados pela cultura.

Para a efetivação dessas concepções, o trabalho docente precisa aproximar-se das especificidades e dos pressupostos e práticas da formação integrada omnilateral. Compreendendo que a formação inicial dos docentes não tem contemplado esses estudos, torna-se importante a implementação de política de formação continuada aos docentes efetivos e temporários.

Junto a essas concepções, o Documento Base define princípios que devem nortear a EJA/EPT (Proeja). São eles:

- Compromisso com a inclusão daqueles que estão fora da escola. É preciso compreender que esse movimento não se limita ao acesso, mas também à permanência e ao êxito dos estudantes. Nesses termos, a EJA deve ser parte orgânica das instituições, das suas políticas e ações.

- Universalização da Educação Básica, compreendendo a EJA como modalidade educativa, assumindo a responsabilidade de efetivar o direito à educação.

- Assunção do trabalho como princípio educativo, na medida em que se constitui como produtor da vida, das relações sociais e de si e também da pesquisa como ação pedagógica que pode possibilitar a formação de sujeitos autônomos, capazes de construir conhecimentos e arremontá-los para responder às questões que vão surgindo no processo educativo.

- Aprender que os sujeitos da EJA são parte de uma classe excluída socialmente, que carrega as marcas das gerações, de gênero e das relações étnico-raciais.

Portanto, o Plano de Ação que segue tem como concepção e princípios o exposto acima e a qualidade formativa dos estudantes da EJA.

Considerando os princípios deste Conselho, vinculados à ideia de uma educação profissional, científica e tecnológica; pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e inclusiva, o coletivo reunido no I Encontro Nacional EJA/EPT (Proeja), solicita:

**1 – A criação de uma Câmara Temática EJA/EPT neste Conselho, dada a complexidade do tema e a necessidade de diálogo sobre as problemáticas e as proposições explicitadas no Plano de Ação 2018-2019.**

**2 – Compromisso de gestão nas instituições que representam para divulgar, implementar, incentivar e fomentar o desenvolvimento das ações presentes neste plano.**

## 2. O Plano de Ação

O Plano de Ação, que será apresentado a seguir, está organizado por temáticas. Cada uma delas apresenta as problemáticas levantadas e as proposições apresentadas para a superação das dificuldades e dos desafios. As temáticas são:

- 1 – Legislação da EJA/EPT, Normatizações nas Instituições da Rede Federal e Ações Estratégicas Institucionais;
- 2 – Ingresso dos estudantes nas instituições da Rede Federal;
- 3 – Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) e Formação Integrada;
- 4 – Formação docente para atuar na EJA/EPT (Proeja);
- 5 – Assistência Estudantil, diversidade e inclusão dos estudantes da EJA/EPT (Proeja).

### **Temática 1 – Legislação da EJA/EPT, Normatizações nas Instituições da Rede Federal e Ações Estratégicas Institucionais**

<b>Problemática</b>	<b>Proposição</b>
1. Não cumprimento do estabelecido na legislação própria.	1.1 Cumprir os 10% do que está previsto no Decreto nº 5.840/06, em todas as instituições federais de educação profissional e em todos os <i>campi</i> , até 2020, reconhecendo o caráter prioritário dessa oferta. 1.2 Criar a Câmara Temática EJA/EPT (Proeja) no âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF.
2. Falta de estrutura administrativa e pedagógica que atue na coordenação geral das ações da EJA/EPT (Proeja) nas instituições.	2. Criar a Coordenação da EJA/EPT (Proeja) na Reitoria e de outras estruturas administrativas e pedagógicas que façam a gestão geral dos cursos EJA/EPT (Proeja) nas suas diversas possibilidades e necessidades.
3. Continuidade da vinculação da EJA/EPT (Proeja) a programas governamentais e falta da	3.1. Transformar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

<p>assunção orgânica dessa modalidade educativa pelas instituições.</p>	<p>Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) em Política Pública de Estado, tornando permanente a responsabilidade da Rede Federal em ofertar cursos integrados da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT).</p> <p>3.2 Alterar a nomenclatura PROEJA, que é do Programa, para EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica – EJA/EPT na legislação e nos documentos internos, após deixar de ser Programa e tornar-se Política Pública de Estado.</p> <p>3.3 Reconhecer a EJA/EPT (Proeja) como modalidade educativa obrigatória na Rede Federal, garantindo continuidade de oferta e estrutura de funcionamento compatível com o perfil profissional ao qual os cursos estiverem vinculados.</p>
<p>4. Falta de documentos internos que consignem e tratem dos assuntos da EJA.</p>	<p>4.1 Inserir a consolidação da EJA/EPT (Proeja) como objetivo estratégico no Plano de Desenvolvimento Institucional;</p> <p>4.2 Criar, em cada instituição, regulamento, diretrizes ou documento similar que regulamentem a oferta e funcionamento dos cursos da EJA/EPT (Proeja).</p>
<p>5. Resistência à implantação da EJA/EPT (Proeja) nas instituições da Rede Federal.</p>	<p>5.1 Promover ações e discussões nos <i>campi</i> sobre a função da Rede Federal enquanto instituição pública, o direito à educação e os públicos aos quais deve atender;</p> <p>5.2 Criar metodologias e estratégias de sensibilização dos dirigentes e dos demais servidores a respeito da importância de</p>

<p>6. Ausência de funcionamento de setores essenciais de atendimento aos estudantes durante o horário de funcionamento do(s) curso(s).</p> <p>7. Ausência de componente(s) curricular(es) de EJA nas licenciaturas ofertadas pelas instituições vinculadas à rede federal, apesar desse ser um campo de atuação em todas as áreas e de trazer especificidades a serem consideradas no processo formativo.</p> <p>8. Falta de dados institucionais atualizados sobre os potenciais estudantes da EJA/EPT (Proeja) para contribuir com a definição das ações relativas a essa modalidade educativa.</p> <p>9. Falta de docentes com formação específica para atuar na educação inclusiva nos cursos de EJA/EPT (Proeja).</p> <p>10. Ausência de regulamentação para atendimento ao público da educação escolar indígena, quilombola, do campo e outros grupos nos cursos de EJA/EPT (Proeja).</p>	<p>implantação de cursos da EJA/EPT (Proeja).</p> <p>6. Garantir o funcionamento pleno da instituição no período e horário de oferta do curso.</p> <p>7. Estabelecer nas licenciaturas ofertadas na instituição a obrigatoriedade de existência de componente(s) curricular(es) com estudo específico sobre fundamentos, currículo, metodologia e avaliação em EJA.</p> <p>8. Adequar/criar um sistema em rede (tabela, quadro, planilha) para o registro de dados socioeconômicos, culturais e indicadores pedagógicos coletados sobre os estudantes da EJA/EPT (Proeja).</p> <p>9.1 Realizar parcerias com prefeituras e/ou estados para ver a possibilidade, da parte deles, de disponibilização de professores bilíngues.</p> <p>9.2 Providenciar concurso para professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE e outros profissionais que atuam nos NAPNEs, para atendimento das necessidades específicas dos estudantes.</p> <p>10. Elaborar de Regulamentação Institucional que estabeleçam diretrizes de oferta e funcionamento de educação profissional para a educação escolar indígena, quilombola, do campo e outros grupos, obedecendo às legislações vigentes.</p>
---	---

<p>11. Dificuldade na organização dos tempos pedagógicos tendo como referência a especificidade econômica e social dos estudantes.</p>	<p>11 Realizar estudos e elaboração de regulamentos de orientação à construção de projetos pedagógicos de curso – PPC que flexibilize o ingresso e o retorno dos estudantes e que preveja o aproveitamento pedagógico do tempo social (atividades desenvolvidas fora do ambiente escolar, especialmente no trabalho), dentro dos limites legais.</p>
<p>12. Índice de evasão/saídas temporárias dos estudantes.</p>	<p>12.1 Fomentar, no âmbito das instituições, pesquisas para saber as causas da evasão ou saídas temporárias.</p> <p>12.2 Fomentar políticas e ações para vincular o tempo pedagógico e o tempo das “ausências temporárias” da escola.</p>
<p>13. Pouco acesso aos(às) estudantes da EJA/EPT (Proeja) à programas de Bolsa de Iniciação Científica e/ou de Extensão específica para o(a) estudante da EJA/EPT (Proeja).</p>	<p>13. Destinar Bolsas de Iniciação Científica e/ou de Extensão específicas para os(as) estudantes da EJA/EPT (Proeja).</p>

## Temática 2 – Ingresso dos estudantes nas instituições da Rede Federal

<b>Problemática</b>	<b>Proposição</b>
<p>1. Inadequação das ações institucionais para um processo de ingresso inclusivo na EJA/EPT (Proeja).</p>	<p>1. Estabelecer diretrizes para o ingresso, que abarque: a integração dos Programas Sociais (como o Mulheres Mil, Assistência Estudantil...); a busca ativa, ou seja, aquela que coloca a instituição como responsável também pela ida/procura de potenciais estudantes da EJA/EPT (Proeja); a simplificação dos editais, da inscrição e da matrícula; a possibilidade de</p>

<p>2. Dificuldade de acessar os potenciais estudantes da EJA/EPT (Proeja).</p>	<p>ingresso específico e descentralizado.</p> <p>2. Estabelecer ações para a busca ativa desses estudantes por meio de:</p> <p>2.1 Contato com os sindicatos e mobilização dos trabalhadores através de órgãos representativos.</p> <p>2.2 Reuniões e visitas a lideranças comunitárias e lideranças dos povos indígenas e quilombolas.</p> <p>2.3 Parcerias com secretarias municipais, estaduais e federais.</p> <p>2.4 Realização de inscrição e matrícula presenciais em diversos locais do município.</p> <p>2.5 Elaboração de edital do processo seletivo considerando a realidade dos <i>campi</i>.</p> <p>2.6 Sensibilização, capacitação e mobilização dos servidores e equipe gestora dos <i>campi</i>.</p> <p>2.7 Ampla divulgação do processo seletivo, por exemplo: nas reuniões internas, na página institucional, em vídeos institucionais, nas redes sociais e outros.</p> <p>2.8 Elaboração de planejamento anual entre as pró-reitorias de ensino, extensão e pesquisa com objetivo de realizar a busca ativa dos estudantes da EJA/EPT (Proeja).</p> <p>2.9 Sistematização de metodologia do processo seletivo e estratégias de busca ativa, por equipe multidisciplinar.</p> <p>2.10 Ampliação das possibilidades de ingresso, permitindo a ocupação de vagas residuais, fruto de desistência, durante a realização dos cursos.</p> <p>2.11 Permitir que as vagas não preenchidas pelas cotas sejam remanejadas para a ampla concorrência, conforme estabelecido em Lei.</p> <p>2.12 Realização de divulgação com estudantes egressos, em feiras comunitárias e propaganda</p>
--	--



	<p>direta.</p> <p>2.13 Realizar formação com a equipe que irá acompanhar o processo seletivo, no intuito de esclarecer acerca do público da EJA/EPT (Proeja), necessidade de atendimento acolhedor e humanizado, linguagem apropriada e flexibilidade nos procedimentos.</p>
--	--

### **Temática 3 – Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) e Formação Integrada.**

<b>Problemática</b>	<b>Proposição</b>
<p>1. Aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos na perspectiva da formação integrada e das especificidades dos estudantes da EJA/EPT (Proeja).</p>	<p>1. Considerar, para a elaboração e reelaboração dos PCCs:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As demandas e as expectativas dos estudantes;</li> <li>• A importância de que os projetos e as ementas dos componentes curriculares sejam significativos para a vivência profissional e cotidiana dos estudantes;</li> <li>• A articulação e a integração entre as diferentes áreas/componentes curriculares e que essas estejam em diálogo com a realidade dos estudantes e sua comunidade;</li> <li>• Demanda crescente de processos de inclusão digital para o público da EJA/EPT (Proeja);</li> <li>• Estabelecimento de diálogos com a cultura indígena e quilombola, com a Educação do Campo e outras realidades, para saber o que a comunidade quer e necessita no processo formativo e o que as instituições podem oferecer;</li> <li>• Estimular o processo formativo e criativo das profissões para a estruturação dos currículos.</li> </ul>

<p>2. Concentração de oferta dos cursos da EJA/EPT (Proeja) no noturno.</p> <p>3. Falta de interação entre os (as) estudantes e os (as) docentes dos cursos EJA/EPT (Proeja).</p> <p>4. Necessidade de aperfeiçoamento do currículo integrado.</p>	<p>2. Ofertar cursos nos horários matutinos e vespertinos para atender aos estudantes que trabalham à noite, bem como a idosos e a pessoas com deficiência.</p> <p>3. Integrar alunos(as) e docentes, no começo do calendário letivo, antes do início das aulas, para que os (as) professores(as) conheçam a realidade dos(as) futuros(as) estudantes e possam adequar suas metodologias e seus conteúdos para o trabalho com determinado público.</p> <p>4. Efetivar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A implementação de processos pedagógicos pautados na interdisciplinaridade e projetos integradores (projetos com temáticas relevantes à formação do(a) educando(a) e que possibilitem/necessitem abordagens interdisciplinares e metodologias comuns);</li> <li>• A incorporação dos saberes construídos pelos estudantes nas ementas, conteúdos e metodologias dos cursos e componentes curriculares, conforme o §1º do artigo 37 da LDB nº 9394/96;</li> <li>• A incorporação do tempo social dos (as) estudantes (aquele que ele destina ao trabalho e demais atividades) no processo formativo por meio da utilização de estratégias metodológicas que articulem ação pedagógica às atividades desenvolvidas fora do ambiente escolar, especialmente no trabalho;</li> <li>• Realização da pesquisa com propósito pedagógico, de preferência aquelas que articulam o tempo social e os conteúdos dos</li> </ul>
--	---

<p>5. Falta de política e ação de acompanhamento constante do (a) estudante da EJA/EPT (Proeja).</p>	<p>componentes curriculares;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de reuniões ordinárias para avaliar e planejar ações pedagógicas interdisciplinares;</li> <li>• Ênfase no desenvolvimento de atividades teórico-práticas nas ações pedagógicas;</li> <li>• Integração da extensão e do ensino no desenvolvimento das atividades pedagógicas;</li> <li>• Realização de reuniões com os (as) estudantes para avaliar as ações pedagógicas e o processo de ensino e aprendizagem;</li> <li>• Incorporação de processos metodológicos como a Pedagogia da Alternância, temas geradores, entre outros, nos currículos integrados, sempre que for adequado;</li> <li>• Realização de processos avaliativos adequados ao público da EJA/EPT (Proeja), conforme orienta o Documento Base do Proeja.</li> </ul> <p>5. Criação de procedimentos para que haja atendimento e acompanhamento adequados e constantes do (a) estudante da EJA/EPT (Proeja).</p>
--	--

#### **Temática 4 - Formação docente para atuar na EJA/EPT (Proeja)**

<b>Problemática</b>	<b>Proposição</b>
<p>1. Falta de formação de docentes e de técnicos-administrativos para atuarem na formação de estudantes da EJA/EPT (Proeja).</p>	<p>1. Efetivar política de formação inicial e continuada de docentes e técnicos administrativos sob a responsabilidade do MEC/Setec e das instituições educacionais vinculadas à Rede Federal.</p>

<p>2. Distanciamento dos cursos de formação continuada das necessidades formativas de docentes e técnicos-administrativos para atuar na EJA/EPT (Proeja).</p>	<p>2.1 Considerar, para elaboração de cursos de formação continuada, as seguintes temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interdisciplinaridade;</li> <li>• Formação e currículo integrado;</li> <li>• Especificidades de aprendizagem e de tempo dos estudantes da EJA/EPT (Proeja);</li> <li>• Perfil socioeconômico dos estudantes da EJA/EPT (Proeja), as dificuldades de retornar à escola e a busca ativa de potenciais ingressantes nessa modalidade educativa;</li> <li>• Saberes construídos pelos estudantes da EJA;</li> <li>• Trabalho e pesquisa como princípio educativo;</li> <li>• A prática extensionista como metodologia educativa e diálogo com a comunidade;</li> <li>• Produção de material didático apropriado para os estudantes da EJA/EPT (Proeja);</li> <li>• Avaliação formativa para os estudantes da EJA/EPT (Proeja).</li> </ul> <p>2.2. Revisar o Currículo da Especialização ofertada pela SETEC para atender as necessidades formativas da EJA/EPT (Proeja).</p>
<p>3. Falta de interesse de docentes em cursos de especialização.</p>	<p>3.1 Propor ações de formação em serviço e coletivas para docentes que atuam nos cursos de EJA/EPT (Proeja). O conteúdo deve ser produzido pela relação orgânica e interativa entre os participantes a partir dos problemas vivenciados pelos (as) docentes, estudantes e técnicos-administrativos.</p> <p>3.2 Incluir as temáticas relacionadas à EJA/EPT (Proeja) em grupos de pesquisa e eventos institucionais.</p>

	<p>3.3 Incluir as temáticas relacionadas à EJA/EPT (Proeja) nas jornadas pedagógicas e encontros formativos.</p> <p>3.4 Incluir as temáticas relacionadas a pessoas com deficiências, quilombolas, indígenas, LGBT e outros grupos minoritários em eventos institucionais ligados à EJA/EPT (Proeja).</p>
--	---

**Temática 4 – Assistência Estudantil, diversidade e inclusão dos estudantes da EJA/EPT  
(Proeja)**

<b>Problemática</b>	<b>Proposição</b>
<p>1. Abandono dos estudos motivado pela questão financeira.</p> <p>2. Melhorar o atendimento aos (às) estudantes da EJA/EPT (Proeja) que apresentam alguma deficiência.</p> <p>3. Acolhimento dos (à) estudantes idosos.</p> <p>4. Atuação junto aos (às) estudantes com deficiência.</p>	<p>1. Priorizar aos (às) estudantes da EJA/EPT (Proeja), em situação de vulnerabilidade social, a destinação de auxílio financeiro.</p> <p>2.1 Implementar ações inclusivas por meio de equipes multiprofissionais para atendimento dos estudantes.</p> <p>2.2. Ampliar a compreensão sobre as responsabilidades com a permanência e o êxito dos (as) estudantes com deficiência nessa modalidade educativa.</p> <p>2.3. Destinar espaço e horário para melhor atendimento desses (as) estudantes.</p> <p>3. Estabelecer ações para a qualificação do atendimento ao (à) estudante idoso.</p> <p>4.1 Planejar e incentivar o diálogo entre os profissionais do NAPNE e o docente da EJA/EPT (Proeja) para adaptar metodologias de aprendizagem ao ensino inclusivo.</p>

	<p>4.2 Implementar/estruturar dos NAPNEs, juntamente com as salas de AEE, realizando articulação entre docentes e equipe multiprofissional.</p>
<p>5. Abandono dos estudos motivado pela condição de ser mãe e/ou pai.</p>	<p>5. Criar área de recreação educativa para os (as) filhos (as) dos (as) estudantes, que eventualmente precisam acompanhá-los em aulas e avaliações.</p>
<p>6. Dificuldade de participação dos (as) estudantes da EJA/EPT (Proeja) nos eventos.</p>	<p>6.1 Destinar recursos financeiros específico para que seja viável a participação dos(as) estudantes em eventos.</p> <p>6.2 Realizar eventos para empoderamento do(a) estudante como profissional, estimulando-o(a) a planejar/alcançar seus objetivos de vida.</p> <p>6.3 Incentivar as agremiações estudantis e as representações de sala, viabilizando a oferta de curso para formação de lideranças.</p>
<p>7. Poucas discussões e ações junto aos grupos minoritários acerca da diversidade e da inclusão social.</p>	<p>7.1 Incorporar as temáticas sobre pessoas com deficiência, quilombola, indígenas e outros grupos minoritários nos eventos institucionais vinculados à EJA.</p> <p>7.2. Efetivar a inclusão dos(as) jovens e adultos deficientes, quilombolas, indígenas e outros grupos minoritários nas instituições, através da efetivação da política de cotas institucionais.</p>
<p>8. Dificuldade em conhecer a realidade dos estudantes e definir os programas de assistência estudantil.</p>	<p>8. Realizar o mapeamento socioeconômico dos candidatos inscritos.</p>

### Outras deliberações

- Realização do II Encontro da EJA/EPT (Proeja) da Rede Federal, que ocorrerá em maio de 2019, em Salvador/BA. A organização ficará sob a responsabilidade do IFBA e IF Baiano.
- O II Encontro deverá contemplar uma mesa-redonda de estudantes.